

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

-- PROVA OBJETIVA --

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 1 Além dos recursos do orçamento da seguridade social, outras fontes podem ser empregadas nas ações governamentais na área da assistência social, devendo tais ações ser organizadas com base em diretrizes previstas na CF.
- 2 Tanto o adolescente trabalhador quanto o jovem trabalhador têm direito de acesso à escola.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens subsequentes.

- 3 O direito a cuidados e assistência especiais expressamente previsto na DUDH restringe-se à infância, não se estendendo à maternidade.
- 4 Os pais têm prioridade de direito na escolha dos gêneros de instrução a serem ministrados a seus filhos.

Tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC), julgue os próximos itens.

- 5 A depender das circunstâncias, a criança não terá prioridade de proteção e socorro.
- 6 A opinião política da criança não deve ser impeditivo para que ela goze dos direitos previstos na DUDC.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

- 7 O deferimento da tutela independe da idade da pessoa a ser tutelada.
- 8 A revogação de guarda de menor de idade dispensa ato judicial.
- 9 A adoção de criança é medida irrevogável.
- 10 O conselho tutelar tem competência para suspender ou destituir o poder familiar dos pais, quando necessário.

Considerando a Convenção sobre os Direitos da Criança, julgue os itens que se seguem.

- 11 Os Estados que adotem tal Convenção são obrigados a oferecer os ensinos primário e secundário gratuitamente.
- 12 Ao Estado cabe proteger e assistir as crianças que estejam privadas temporariamente de seu meio familiar.

João, de quinze anos de idade, reside no Distrito Federal (DF) junto com seus pais e seus três irmãos, maiores de idade. O pai de João é aposentado e recebe um salário mínimo por mês. Os demais familiares encontram-se desempregados há mais de dois anos. A família reside em casa própria e recebe cesta básica semanalmente de uma entidade religiosa.

Na escola onde estuda, João é considerado pessoa com deficiência, devido a avaliação de psicopedagogo, e, por isso, recebe acompanhamento especial para a realização de atividades, tarefas e provas. A família de João foi orientada pela escola a solicitar o benefício de prestação continuada (BPC) junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens, com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- 13 Para que João tenha direito ao BPC, sua deficiência deve ser atestada por avaliação médica e social realizada por médicos e assistentes sociais do INSS.
- 14 João não tem direito ao recebimento do BPC, porque o seu pai recebe benefício de aposentadoria.
- 15 Para receber o BPC, a família deverá comprovar renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo.
- 16 O beneficiário do BPC tem direito ao recebimento de um salário mínimo mensal.
- 17 Se o BPC for concedido a João e, em seguida, o jovem for contratado por empresa como aprendiz, o benefício será suspenso, pois a lei veda o recebimento concomitante do benefício e de remuneração por trabalho.

José, de dezessete anos de idade, morador do DF, em união estável comprovada com Joana, com quem tem um filho de um ano de idade, cumpre atualmente medida socioeducativa de internação em estabelecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, conforme a Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o SINASE.

- 18 José tem direito de receber visita de seus pais, de amigos e de Joana.
- 19 O filho de José, por ser menor de idade, não pode visitá-lo no estabelecimento onde ele cumpre medida socioeducativa.
- 20 José tem direito à visita íntima de Joana.

Acerca da adoção de crianças e adolescentes no Brasil, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei n.º 12.010/2009.

- 21 É vedada a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.
- 22 É permitida a adoção por procuração em caso de o solicitante ser brasileiro que reside no exterior.

Ana, gestante, com vinte e sete anos de idade, compareceu ao conselho tutelar de sua região para obter orientações sobre seus direitos e os direitos de seu filho ainda em gestação. Tinha dúvida quanto à possibilidade de indicar um acompanhante para o seu atendimento pré-natal, seu trabalho de parto e seu pós-parto imediato, todos no Sistema Único de Saúde. Como sua gestação foi considerada de alto risco, Ana também quis saber se poderá acompanhar seu filho caso ele precise de internação hospitalar em unidade de terapia intensiva logo após o parto. Além disso, Ana revelou seu interesse em entregar o recém-nascido para a adoção após o parto e gostaria de saber sobre as consequências disso.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, de acordo com o ECA e com a Lei n.º 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

- 23 Ana terá direito a um acompanhante de sua preferência durante o pré-natal e o pós-parto imediato, mas não durante o parto.
- 24 Caso o filho de Ana necessite de internação em estabelecimento de atendimento à saúde em unidade de terapia intensiva logo após o parto, deverão ser proporcionadas condições para a permanência de um dos pais com a criança, em tempo integral.
- 25 Em razão de ter manifestado interesse em entregar seu filho à adoção, Ana terá direito a assistência psicológica somente no período pré-natal, devendo a assistência psicológica pós-natal ser garantida à pessoa que adotar o recém-nascido.
- 26 Por ter manifestado interesse em entregar seu filho para adoção, nos termos disciplinados pelo ECA, Ana deverá ser obrigatoriamente encaminhada, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

Carla, professora da rede pública de ensino no Distrito Federal, suspeitou que sua aluna Sofia, de seis anos de idade, tivesse sido vítima de violência sexual praticada por André, pai da criança. Comunicado o fato ao conselho tutelar, Elaine, conselheira tutelar que recebeu a notícia, ouviu Sofia em seu gabinete por meio de depoimento especial. André requereu que lhe fosse concedido o direito de acompanhar presencialmente o depoimento especial de Sofia, inclusive com contato visual, o que foi negado por Elaine, sob o fundamento de que a presença do suposto autor do fato poderia constranger a criança. Após a oitiva, o relatório elaborado por Elaine foi encaminhado ao Ministério Público.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei n.º 13.431/2017, que trata do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

- 27 Carla agiu corretamente ao comunicar o fato ao conselho tutelar, uma vez que qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, deverão imediatamente cientificar o Ministério Público.
- 28 Ao ouvir Sofia por meio de depoimento especial, Elaine não agiu corretamente, porque o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência deve ser adotado perante autoridade policial ou judiciária.
- 29 André, por ser pai de Sofia, tem o direito de acompanhar pessoalmente, inclusive com contato visual, o depoimento especial da filha, ainda que seja suspeito de ter praticado violência sexual contra ela.
- 30 É direito de Sofia pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

Paulo, com quinze anos de idade, é filho de Marcos e Paula. Todos vivem no Distrito Federal e estão em situação de rua. Identificada a vulnerabilidade da família, Paulo e seus pais foram encaminhados ao conselho tutelar. Após atendimento, o conselheiro tutelar responsável requisitou serviços públicos em benefício de Paulo nas áreas de saúde, educação e serviço social.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, de acordo com a Resolução Conjunta CNAS e CONANDA n.º 1/2017, que estabelece Diretrizes Políticas e Metodológicas para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

- 31 As diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de Paulo no âmbito da política de assistência social excluem a valorização de seus vínculos familiares, uma vez que os pais dele também estão em situação de rua.
- 32 Em todos os serviços socioassistenciais solicitados a Paulo, deverá ser feita a escuta qualificada apenas do adolescente, visto que a resolução em questão não se aplica aos pais dele.

Considerando as disposições da Lei Distrital n.º 5.294/2014, acerca da organização e do funcionamento dos conselhos tutelares no Distrito Federal (DF), julgue os itens que se seguem.

- 33 Havendo indícios de situações de ameaça ou violação aos direitos de criança ou adolescente, o conselho tutelar deve adotar os procedimentos legais cabíveis e aplicar as medidas previstas no ECA.
- 34 Pessoas que possuam parente consanguíneo que trabalhe em determinado conselho tutelar de região administrativa do DF são impedidas de candidatar-se a membro desse mesmo conselho tutelar.
- 35 Na eleição para membro de conselho tutelar do DF, o eleitor pode votar em até cinco candidatos da região administrativa onde reside.

Com base no Decreto Distrital n.º 37.950/2017, que aprova o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do DF, julgue os itens subsecutivos.

- 36 O conselheiro tutelar pode prestar temporariamente atendimento descentralizado ao público, isto é, diretamente na comunidade, desde que autorizado por decisão fundamentada pelo colegiado, sem prejuízo do atendimento permanente na sede do conselho.
- 37 O Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do DF veda a comprovação de frequência dos conselheiros tutelares, em razão da autonomia necessária ao desempenho desse cargo.
- 38 A determinação de medidas de acolhimento familiar ou institucional de criança ou adolescente é, em regra, competência da autoridade judiciária, contudo, em caráter excepcional e de urgência, o conselho tutelar pode adotar medida de acolhimento institucional sem prévia determinação judicial, se constatada a falta dos pais ou de responsável pela criança ou pelo adolescente.
- 39 Somente os conselheiros tutelares são autorizados a acessar os registros de informações do conselho tutelar.

Com base na Resolução CONANDA n.º 170/2014, julgue os itens a seguir.

- 40 É vedado ao conselho tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.
- 41 Embora a decisão tomada pelo conselho tutelar deva ser imediata e integralmente cumprida pelo destinatário, se ele questioná-la judicialmente, ficará isento de cumpri-la até que a decisão seja avaliada pelo Poder Judiciário.
- 42 Conselheiro tutelar tem a prerrogativa de exercer concomitantemente atividade laboral remunerada na iniciativa privada, desde que haja compatibilidade de horários.

Com base na Resolução Conjunta CNAS e CONANDA n.º 1/2009, que aprova o documento **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, julgue os itens a seguir.

- 43 Tanto o CNAS quanto o CONANDA devem adotar medidas para a divulgação do referido documento.
- 44 A aprovação do referido documento está prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Tendo como referência a Resolução CONANDA n.º 113/2006, que versa sobre os Parâmetros para a Institucionalização e o Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, julgue os itens subsequentes.

- 45 A garantia do acesso à justiça compõe o eixo da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- 46 Os conselhos tutelares têm permissão para estabelecer regimentos internos e atos administrativos próprios com o objetivo de adaptar suas atribuições ao perfil das crianças e dos adolescentes que residem na sua localidade de atuação.
- 47 Os programas de execução de medidas socioeducativas para adolescentes que tenham cometido ato infracional têm como princípio norteador o respeito à diversidade étnica/racial, de gênero, de orientação sexual e de localização geográfica.
- 48 O conselho tutelar tem competência para aplicar a medida socioeducativa de advertência a adolescente que tenha cometido ato infracional punível com tal medida.

Julgue os próximos itens, à luz da Resolução CONANDA n.º 139/2010, que trata dos parâmetros para a criação e o funcionamento dos conselhos tutelares no Brasil.

- 49 O espaço físico destinado à instalação de conselho tutelar deve ser determinado em função do menor custo aos cofres públicos, independentemente de localização e grau de dificuldade de acesso da população.
- 50 O Ministério Público e a autoridade judiciária têm garantia de acesso ilimitado aos registros do conselho tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.
- 51 Os conselhos tutelares são órgãos federais de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- 52 É permitida a composição de chapas pelos candidatos ao conselho tutelar, de modo a garantir que os dois mais votados sejam indicados, sequencialmente, como titular e suplente.

Tendo como referência a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), julgue os itens a seguir. Considere que a sigla SUAS, sempre que utilizada, refere-se a Sistema Único de Assistência Social.

- 53 O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo.
- 54 São funções da política de assistência social a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.
- 55 Universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade são princípios organizativos do SUAS.
- 56 O SUAS não oferta locais para a permanência de indivíduos e famílias.
- 57 O usuário dos serviços de assistência social não tem direito de acesso às informações de seu histórico de atendimentos registradas nos prontuários do SUAS.
- 58 É responsabilidade do Distrito Federal no âmbito do SUAS o pagamento de auxílio-natalidade e de auxílio-funeral.

Tendo a Resolução CNAS n.º 109/2009 como fundamento, julgue os itens que se seguem.

- 59 Os Serviços de Proteção Social Básica são organizados em Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
- 60 Os Serviços da Proteção Social de Média Complexidade compreendem os abrigos institucionais, a Casa-Lar, a Casa de Passagem e a Residência Inclusiva.

Com base na Declaração dos Direitos Sexuais da World Association for Sexual Health, julgue os próximos itens.

- 61 Os direitos sexuais baseiam-se nos direitos humanos universais, sendo reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais.
- 62 Nos termos da referida declaração, a sexualidade é reconhecida como um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social saudável livre de doenças, disfunções e(ou) enfermidades.
- 63 A identidade de gênero, as expressões de gênero e as características físicas do indivíduo prescindem de proteção dos direitos humanos.
- 64 Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas a sua sexualidade e a seus corpos.
- 65 O direito à liberdade de associação e reunião pacífica inclui o direito de advogar acerca da sexualidade, da saúde sexual e dos direitos sexuais.

Com base no caderno temático **Direitos Sexuais São Direitos Humanos**, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2008), julgue os itens a seguir.

- 66 A compreensão da sexualidade envolve o entendimento de diversas dimensões: social, cultural, psicológica e biológica, estando os hormônios sexuais envolvidos na dimensão biológica.
- 67 Somente a construção de uma política nacional de enfrentamento à exploração sexual, de caráter centralizador e com atendimento prestado pela União permitirá a superação da exploração sexual infantojuvenil no Brasil.
- 68 A socialização permite que a criança adquira cultura, inclusive no que diz respeito a gênero, ou seja, ao que é ser masculino e ser feminino.
- 69 A opinião dos jovens acerca da gravidez na adolescência tem predomínio sobre a visão dos adultos nos debates e nas tomadas de decisões sobre esse tema.
- 70 Os principais fatores determinantes da inserção de crianças e de adolescentes no mercado do sexo são a pobreza e a exclusão, com a busca de inclusão social por meio de renda e consumo.